Quadro informativo

Pregão Eletrônico N° 90002/2025 (Lei 14.133/2021)

UASG 929842 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA

Avisos (0)

Impugnações (2)

Esclarecimentos (1)

23/04/2025 12:07

A empresa INTERPRES TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS, inscrita no CNPJ sob nº 33.154.265/0001-01, apresentou pedido de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 02/2025 com as seguintes alegações:

- a) Vínculo formal dos profissionais: O edital não exige claramente um vínculo direto entre a empresa licitante e os intérpretes de Libras, permitindo interpretações contraditórias que podem viabilizar subcontratação disfarçada;
- b) Vedação à subcontratação: Apesar da proibição expressa no edital, há margem para contratação via Pessoa Jurídica (PJ), o que gera insegurança jurídica;
- c) Remuneração inadequada: Os valores previstos estão abaixo da referência da categoria profissional, prejudicando a justa remuneração e incentivando a precarização do trabalho;
- d) Adicionais devidos: O edital não considera compensação financeira pelo uso de imagem e voz dos intérpretes, nem reconhece o tempo de antecedência mínima de 30 minutos como parte da carga horária.

Diante disso, solicita:

- a) Retificação do edital para reforçar a obrigatoriedade de vínculo direto e vedação à contratação informal via PJ;
- b) Adequação dos valores à tabela de referência da categoria, incluindo adicional de 30% para uso de imagem/voz e reconhecimento da antecedência de 30 minutos como parte da jornada;
- c) Suspensão do certame, se necessário, até que as irregularidades sejam corrigidas;
- d) Comunicação formal sobre o acolhimento ou não do recurso administrativo, dentro do prazo legal.

Considerando que as colocações apresentadas pela empresa estão relacionadas às questões legais da contratação, o pleito foi encaminhado para análise da Procuradoria Jurídica da Câmara de Vereadores de Santa Maria, a fim de embasar a decisão da Pregoeira.

Inicialmente, destaca-se que este certame refere-se à contratação de pessoa jurídica, SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA. Portanto, a contratação dos profissionais intérpretes de Libras será de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, devendo ser realizada em estrita obediência à legislação trabalhista brasileira.

Lei n.º 14.133/2021:

Art. 121. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 1º A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º deste artigo.

§ 2º Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

a) Vínculo formal dos profissionais: Deverá ser observado o previsto no item 8.6.4.1 do Termo de Referência do Edital da Licitação:

8.6.4.1 Os membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para a assinatura do contrato, entendendo-se como tal, para fins do certame:

- a) O sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;
- b) O administrador ou o diretor;
- c) O empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e
- d) O prestador de serviços com contrato escrito firmado registrado com o licitante.

b) Vedação à subcontratação:

Deverá ser observado o previsto no item 5.10 do Termo de Referência do Edital da Licitação e na Cláusula 5 da Minuta do Contrato:

5.10. A contratada deverá prestar diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

...

5. CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

c) Remuneração inadequada:

Conforme supracitado, a contratação dos profissionais intérpretes de Libras será de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, devendo ser observada a “Tabela Nacional de Referência da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais”, que estabelece como parâmetro mínimo o valor de R\$ 288,00 por diária de trabalho.

Conforme consta no item 3.1.1.2 do Termo de Referência do Edital da Licitação, o valor pago à empresa Contratada será calculado por hora trabalhada.

3.1.1.2. O serviço será prestado por hora, considerando como hora-base a hora de interpretação realizada simultânea ou consecutivamente, ao vivo ou gravada, prestada por 2 (dois) intérpretes em regime de revezamento, a cada 20 (vinte) minutos, conforme preconizam as entidades de classe.

O custo máximo a ser pago pela Câmara, previsto no Anexo III do Edital – “DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA A CONTRATAÇÃO”, é de R\$ 203,35 (valor por hora, considerando 2 profissionais).

Numa hipótese de 8 horas de trabalho, a Contratada receberá o valor de R\$ 1.626,80, que, dividido entre dois intérpretes, resulta em R\$ 813,40 por intérprete, valor superior aos R\$ 288,00 da diária prevista na Tabela supracitada.

d) Adicionais devidos:

Os adicionais supracitados e devidos são parte dos custos da empresa; portanto, deverão ser devidamente dimensionados para integrar a proposta final, a ser enviada pelas empresas participantes do certame.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

...

10.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

DECISÃO

1. Diante de todo o exposto, conclui-se que os argumentos apresentados na impugnação não justificam a revogação ou

alteração do Edital do Pregão Eletrônico n.º 02/2025.

2. Após verificação dos prazos estabelecidos no instrumento convocatório e na legislação vigente, constatou-se que a impugnação foi protocolada fora do prazo legalmente previsto.

Conforme dispõe o artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021, impugnações ao edital devem ser apresentadas até 3 dias úteis antes da data marcada para a realização do certame.

O pedido de impugnação foi enviado para o e-mail licitacoes@camara-sm.rs.gov.br no dia 19/04/2025, um sábado, ou seja, um dia sem expediente na Câmara. O certame está agendado para o dia 24/04/2025. Além disso, não houve expediente no dia 21/04/2025, devido ao feriado nacional. Portanto, o prazo de 3 dias úteis previsto no edital não foi respeitado.

Dessa forma, não há possibilidade de conhecimento da impugnação, uma vez que sua apresentação extemporânea impede a análise do mérito das alegações.

Ressalta-se que a Administração permanece comprometida com a legalidade, transparência e isonomia do certame, garantindo que todas as exigências editalícias estejam em conformidade com a legislação vigente.

Diante do exposto, nega-se provimento à impugnação apresentada, mantendo-se inalteradas as disposições do edital do Pregão Eletrônico n.º 02/2025.

Edital:

...

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Lei n.º 14.133/2025:

...

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

...

Art. 183. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

I - os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;

II - os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;

III - nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.

§ 1º Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:

I - o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;

II - a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.

§ 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

§ 3º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, considera-se como termo o último dia do mês.

ELIANE ELISABETE DOS SANTOS SOARES

Pregoeira da CMVSM